



IV Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Relações Lusófonas

2022

L U S O C O N F

Livro de Atas Proceedings

Editores

Carla Sofia Araújo
Cecília Falcão
Paula Odete Fernandes
Ana Paula Monte
Alexandra Soares Rodrigues
João Carvalho Sousa
Carlos Teixeira



Outubro 2022



Ficha Técnica

Título:

LUSOCONF2022
IV Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Relações
Lusófonas: livro de atas

Editores

Carla Sofia Araújo
Cecília Falcão
Paula Odete Fernandes
Ana Paula Monte
Alexandra Soares Rodrigues
João Carvalho Sousa
Carlos Teixeira

Capa

António Meireles

Edição

Instituto Politécnico de Bragança
Campus de Santa Apolónia
5300-253 Bragança
Portugal

Data de edição: Março de 2023

ISBN: 978-972-745-302-3;

DOI

Handle: <http://hdl.handle.net/10198/25130>

URL: www.lusoconf.ipb.pt

Email: lusoconf@ipb.pt



Mónica ou a vã glória de morrer: o foco narrativo em <i>Novas cartas portuguesas</i>	156
Personagens comuns: a identidade de José Saramago em seus romances	163
EDUCAÇÃO NO MUNDO LUSÓFONO	171
A potência criativa de estudantes a partir dos afetos	172
<i>Os Lusíadas Boardgame</i>: a cultura literária de língua portuguesa e a mediação lúdica na sala de aula.	181
Projeto SocialNEET em Trás-os-Montes: da teoria à prática	188
ARTES DA EXPRESSÃO, MULTIDISCIPLINARIDADE NA LINGUAGEM ARTÍSTICA	197
Depois do azul. Variações intermináveis	198
A flor falante e dois balísticos	204
HISTÓRIA(S), MEMÓRIA(S), IDENTIDADE(S)	212
Para se pensar o Brasil: Lima Barreto e a Rússia – considerações iniciais	213
Algumas consequências da falta de acesso à educação, a partir de João Antônio	221
A repercussão da Semana da Arte Moderna na imprensa brasileira	228
UNIDADES(S), DIVERSIDADE(S), IDENTIDADE(S)	236
Que museu queremos em Mogadouro? Participação ativa da comunidade no processo	237
RELAÇÕES INTERNACIONAIS, CIÊNCIA POLÍTICA, ADMINISTRAÇÃO	245
Sustentabilidade e marketing: estratégias de marketing aplicadas ao marketing verde e percepções do consumidor	246
Planeamento e gestão de projetos: o caso do NERBA (Bragança)	255
Proposta de implementação do <i>Balanced Scorecard</i> numa empresa do setor têxtil	266
Reputação corporativa: um olhar interno sobre a Câmara Municipal de Santa Cruz	284
Aplicação da Escala de Carácter Corporativo à Câmara Municipal de Santa Cruz-Cabo Verde	296
A percepção dos utentes sobre a reputação corporativa da Câmara Municipal de Santa Cruz, Cabo Verde	311
Perfil dos visitantes das áreas protegidas Portuguesas: Contributos da análise de dados	328
Políticas públicas e o ecossistema de inovação em Curitiba. O caso do Vale do Pinhão	339
Aulas partilhadas entre Portugal e Brasil no MGO – Projeto COIL	348
O papel da digitalização na gestão de estruturas residenciais para idosos	356



Políticas públicas e o ecossistema de inovação em Curitiba. O caso do Vale do Pinhão

Public policies and the innovation ecosystem in Curitiba. The case of Vale do Pinhão

Ricardo Rodrigues Ribeiro¹[0000-0002-0533-3731], Isaura Alberton de Lima²[0000-0001-7450-5579], Sonia P. Nogueira³[0000-0002-8675-6102]

ricardopmc.pr@gmail.com, alberton@utfpr.edu.br, sonia@ipb.pt

^{1,2}PPGGP, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil.

³Instituto Politécnico de Bragança; Centro de Investigação em Ciência Política, Portugal.

Resumo. A inovação é inerente à vida em sociedade atualmente, introduzindo mudanças econômicas, sociais, políticas e tecnológicas. Nesse contexto, o Estado exerce papel fundamental no desenvolvimento através de políticas públicas no campo da inovação e esse papel torna-se imprescindível para impulsionar e encorajar o setor privado para que façam as coisas acontecerem. As cidades são as representações mais adequadas para aproximar o Estado dos cidadãos e possuem o condão de melhor conduzir as políticas públicas necessárias para a formação de uma sociedade conectada, inteligente, sustentável e inclusiva. A existência de um ecossistema capaz de disseminar práticas inovadoras e contribuir para o avanço do conhecimento é um caminho sem volta e desta forma o município de Curitiba rompe paradigmas e assume protagonismo na criação de conexões entre o setor empresarial, a comunidade científica e o poder público. Assim, este estudo tem por objetivo analisar as políticas públicas voltadas à inovação no município de Curitiba, e, identificar os principais instrumentos ao alcance dos cidadãos. Tendo como questão central de estudo a identificação de quais políticas públicas de incentivo à inovação foram adotadas em Curitiba e de que forma estas são concretizadas? A pesquisa tem natureza aplicada e abordagem qualitativa com foco na exploração da realidade local de Curitiba. Servindo-se de uma revisão bibliográfica e documental e utilizando de métodos exploratório e descritivo, foi possível a identificação dos principais instrumentos de incentivo à inovação existentes.

Palavras-Chave: Políticas públicas, Inovação, Administração Pública, Curitiba.

Abstract. Innovation is inherent to life in society today, introducing economic, social, political, and technological changes. In this context, the State plays a key role in development through public policies in the field of innovation, and this role becomes essential to drive and encourage the private sector to make things happen. Cities are the most appropriate representations to bring the State closer to the citizens and have the ability to better conduct the necessary public policies for the formation of a connected, intelligent, sustainable, and inclusive society. The existence of an ecosystem capable of disseminating innovative practices and contributing to the advancement of knowledge is a path with no return and thus the city of Curitiba breaks paradigms and takes a leading role in creating connections between the business sector, the scientific community and the government. Thus, this study aims to analyze the public policies aimed at innovation in the municipality of Curitiba, and to identify the main instruments available to citizens. The central question of the study is to identify which public policies to encourage innovation have been adopted in Curitiba and how they are implemented. The research has an applied nature and a qualitative approach with a focus on exploring the local reality of Curitiba. Using a bibliographic and documental review and using exploratory and descriptive methods, it was possible to identify the main instruments to encourage innovation.

Keywords: Public Policy, Innovation, Public Administration, Curitiba.

Introdução

Diante das constantes mudanças econômicas, sociais, políticas e tecnológicas, as organizações públicas e privadas deparam-se com o desafio de fomentar práticas inovadoras. Neste ínterim, demanda especial cautela do setor público para fomentar, facilitar, incentivar e ampliar tais ações, pois as políticas públicas repercutem na economia e explicitam as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade (Souza, 2006).

A inovação nas suas variadas dimensões tem sido entendida como um elemento fundamental na definição de políticas de desenvolvimento dos territórios, independente de sua localização geográfica (Tigre, 2014).

Nesse contexto, diversos estudos e definições conceituais foram concebidos a fim de compreender e caracterizar os processos inovativos. Um dos conceitos adotados com maior destaque foi apresentado pelo Manual de Oslo, o qual define inovação como um produto ou processo novo ou melhorado (ou uma combinação deles), que difere significativamente dos produtos ou processos anteriores da unidade e colocado à disposição dos usuários potenciais (produto) ou posto em uso pela unidade (OECD, 2018, p.20, tradução livre).

Desta forma, as políticas públicas de incentivo à inovação contribuem para: diminuir as desigualdades regionais, implementar o desenvolvimento e determinar o nível de evolução de uma nação.

A evolução dos processos de inovação tem proporcionado implicações significativas para todos os que valorizam as dinâmicas territoriais e ao colocar a inovação na base do desenvolvimento local, além de atribuir uma configuração mais sistêmica, adiciona um desafio maior às pesquisas. As medidas de incentivo visam desenvolver um sistema de inovação com envolvimento de vários atores, o que comprova a necessidade da descentralização (Baleiras, 2001).

O grau de descentralização afeta a capacidade de conceber e implementar a inovação e a ausência de estruturas administrativas regionais foi identificada pela Comissão Europeia como um constrangimento para a realização de uma inovação regional eficaz (Rodríguez-Pose & Di-Cataldo, 2014).

O debate sobre políticas de inovação no nível municipal de governo é de extrema relevância, considerando as vantagens de um sistema integrado e descentralizado, como a aproximação das decisões às necessidades dos cidadãos (Teles, 2021).

A problemática do artigo se consubstancia entre a autonomia do município, como ente federativo autônomo (Brasil, 1988) para identificar as políticas públicas destinadas ao fomento da inovação. No entanto, a discussão pretendida não está limitada ao mero plano jurídico, mas sim, na dimensão político-administrativa.

No entanto, é essencial que a política formulada seja baseada no conhecimento, levando em consideração a realidade local do município que está inserido, assegurando desta forma, uma maior assertividade nas medidas propostas e nos resultados a serem obtidos, os quais deverão estar voltados para o desenvolvimento local (Martin & Spano, 2019).

Diante desta contextualização o estudo busca responder a seguinte questão norteadora: Quais as políticas públicas de incentivo à inovação adotadas em Curitiba e de que forma estas são concretizadas?

A relevância do tema está fundada na necessidade da atenção dos governos locais para a incrementação de incentivos ao desenvolvimento mediante a elaboração de políticas públicas voltadas à inovação, e, também, contribuir para o avanço do conhecimento, fomentando uma sociedade conectada, inteligente, sustentável e inclusiva.

Do ponto de vista empírico o estudo dos modelos de fomento à inovação, como as desonerações tributárias e a criação de um ambiente propício para as conexões entre os setores econômico, científico e administração pública podem aperfeiçoar o desenvolvimento e a inovação.

O estudo possui o diferencial de efetuar uma análise das políticas municipais de Curitiba destinadas a fomentar o desenvolvimento e a inovação, especificamente com a criação do Vale do Pinhão.

Cabe destaque ainda, que a carência de estudos sobre a participação dos municípios ou da existência de políticas públicas a nível municipal que visem incentivar o desenvolvimento e a inovação está no bojo do presente estudo (Balaguer-Coll et al., 2020).

A partir do problema exposto, o estudo tem por objetivo geral analisar as políticas públicas dos principais instrumentos de incentivos.

Na metodologia, o estudo apresenta caráter científico, na medida que a pesquisa acadêmica de natureza aplicada (Gil, 2008) e utiliza uma abordagem qualitativa (Godoy, 1995). Para alcançar os objetivos propostos, aplicará métodos exploratório e descritivo. Fazendo uso, ainda, de uma pesquisa documental e bibliográfica (Fachin, 2005; Lima & Miotto, 2007), além do estudo de caso, culminado com a apresentação dos resultados encontrados.

O estudo aqui proposto está estruturado em duas partes, além das conclusões e deste ponto introdutório no qual se evidencia a delimitação do tema, a exploração do problema com a apresentação da questão norteadora da pesquisa, seguida dos objetivos traçados, da justificativa para o estudo e a metodologia utilizada.

Revisão da literatura

Políticas públicas

A existência das políticas públicas está diretamente vinculada à própria existência da sociedade. Trata-se de uma espécie de mecanismo governamental que tem por função resolver problemas e satisfazer necessidades de determinada faixa populacional.

As políticas públicas são o “que os governos escolhem fazer ou não fazer” e estão relacionadas à organização de prestação de serviço público, à regulação de comportamento, à distribuição de benefícios e à arrecadação de tributos. Assim é determinante, seja como fonte basilar de sua estrutura ou limitadora de seu poder (Dye, 2011).

As políticas públicas estão relacionadas com o modelo de intervenção do Estado. Para Barbosa (2016, p.25), políticas públicas são “conjuntos de ações desenvolvidas pelos governos (nacionais, estaduais ou municipais), que visam assegurar determinado direito de cidadania, de maneira geral ou para um grupo específico”. Essas políticas buscam alcançar o bem-estar da sociedade em consonância com o interesse público.

O desenvolvimento impõe e ao mesmo tempo possibilita a implementação de novas políticas públicas, por meio de diferentes arranjos, seja para o atendimento de direitos ou para a organização das formas econômicas e sociais que articulam iniciativas dirigidas e coordenadas pelo Poder Público (Bucci, 2021).

A inovação no campo das políticas públicas está relacionada à renovação das características e instrumentos no desenvolvimento dessas políticas, tais como objetivos, instrumentos, recursos, alianças e instituições. Os atores envolvidos nesse cenário devem ser capazes de fornecer justificativas de que a inovação é necessária para buscar o bem comum e a introdução das mudanças que a sociedade moderna exige. Para tanto, devem apresentar resultados tangíveis para demonstrar que os recursos públicos fornecidos para a inovação estão sendo bem aplicados (Duijn, 2016).

O fundamental é que a atuação do governo seja de liderança a ser seguida pelas empresas privadas, em uma abordagem protagonista e com a valorização do fazer em detrimento da terceirização, fomentando caminhos inovadores. Fazendo isso, o governo consegue desenvolver expertise gerando um dinamismo que muitas vezes é acusado de não ter (Mazzucato, 2021).

Isso faz todo sentido à medida que somente o Estado tem a capacidade de impulsionar a transformação na escala necessária para atender os anseios sociais e estruturar relações entre os diversos atores econômicos com a sociedade civil.

É fato que a inovação não é o principal papel do Estado, porém a demonstração de um caráter potencialmente inovador e dinâmico alinhado a sua capacidade de desempenhar um papel empreendedor na sociedade é uma forma eficiente de defender sua existência, tamanho e a sua organização (Mazzucato, 2014).

Neste contexto, a governança pública associada à mudança na gestão, que passa a ser orientada para as formas de interação nas relações de poder entre o Estado, seus níveis de governo e a sociedade, com especial atenção aos processos de cooperação e de interação, bem como aos mecanismos que estimulam as relações entre os diversos atores envolvidos tem assumido grande importância no esforço para construção de um ambiente sustentável para todos (Vicente & Scheffer, 2013).

A descentralização, em nível municipal, assume um importante papel frente ao desenvolvimento da inovação, tendo a justificativa de que está centrada no fato de que as economias locais competitivas não só produzem mais renda, como também, são propensas a crescer mais rapidamente (Zhang, 2010).

Na perspectiva de Bittencourt (2014, p.98) “...o desenvolvimento local não se refere ao território como um lugar com poucos recursos numa dada dimensão geográfica, mas um corpo em movimento no espaço e no tempo, que se alimenta de múltiplos genes que contribuem ou não a uma determinada dinâmica, coesão, consciência e poder”.

Todavia, para o desenvolvimento dos municípios, não bastam apenas os investimentos em infraestrutura, melhoria dos serviços públicos, a redução de custos para negócios, a simplificação da legislação e a criação de incentivos. Se faz necessário a interação de um sistema de políticas públicas com foco na inovação e a forma como podem interagir para que seus efeitos sejam percebidos (Mazzucato, 2014).

Inovação

O conceito de inovação foi inicialmente introduzido na literatura por Schumpeter (1934), que a entendia como uma nova combinação de conhecimento e competências preexistentes. No entanto, o conceito evoluiu ao longo do tempo e ganhou outras perspectivas, sem, contudo, deixar o viés de indutor do desenvolvimento econômico.

Embora o conceito de inovação seja inerentemente subjetivo e contempla um processo especificamente incerto (Reale, 2021), é importante lembrar que a inovação não é meramente criatividade ou ideias brilhantes, ela envolve um processo de transformação de uma ideia em aplicação prática e comercial, na forma de um produto ou serviço, que adicione valor, atenda a uma demanda (existente ou potencial). Assim, para que esse processo de transformação se realize são necessárias uma base organizacional e uma boa gestão (Figueiredo, 2015).

A questão da inovação é central no capitalismo moderno, estabelecendo nova forma de competição entre as organizações empresariais pelo mundo. Partindo da teoria Schumpeteriana de desenvolvimento econômico, atualmente o Manual de Oslo, estabelece parâmetros para compreender e identificar essas inovações.

As estratégias nacionais de inovação são necessárias. Isso porque há uma crescente necessidade de os países obterem ganhos de produtividade e competirem no mercado global à base de produtos com maior valor agregado e grau de novidade. Ao mesmo tempo, forças de mercado, por si só, não garantem a implementação de inovações em nível das empresas (Tigre, 2014).

Por isso, se faz necessário especial atenção à dimensão institucional e organizacional dos sistemas de inovação, incluindo o desenvolvimento de competências e o desempenho organizacional, constituindo um processo social e complexo (Lundvall & Borrás, 2005).

É consenso crescente entre profissionais, formuladores de políticas e a comunidade de pesquisa de que as inovações tecnológicas por si só não são capazes de superar os desafios sociais e econômicos que as sociedades modernas estão enfrentando (Domanski et al., 2020).

A atuação do Estado deve ser organizada e eficiente, de forma a impulsionar e encorajar o setor privado para trabalhar junto ao setor público, investindo em soluções, adotando uma visão de longo prazo e governando o processo para garantir que estamos agindo no interesse público (Mazzucato, 2021).

O Estado não precisa ser limitado na sua atuação quando se está diante da necessidade de uma recuperação pós-pandemia e o aproveitamento da força do empreendedorismo e da inovação da iniciativa privada devem ser otimizadas (Mazzucato, 2021).

As intervenções propostas pelo Estado podem assumir diferentes formatos, como, por exemplo, o financiamento de universidades e institutos de investigação, subvencionar a investigação em empresas privadas, inclusive regulamentando os direitos de propriedade intelectual (Fagerberg, 2016).

As conexões entre setores da economia, da ciência e Estado possibilitam a formação de redes políticas heterogêneas e diferenciadas que fatalmente se transformarão em propulsores do desenvolvimento (Reale, 2021).

2.3 Renúncia fiscal

Os incentivos fiscais são mecanismos para o desenvolvimento da inovação e estímulo a P&D, com capacidade de transformar as ferramentas de políticas públicas para direcionar apoio para determinados segmentos empresariais, pois, a redução de carga tributária, dependendo do montante que representam, faz com que os governos ajudem a co-financiar a P&D privada (Larédo et al., 2016).

De acordo com Buffon e Jacob (2015), os incentivos fiscais, dentro da política da extrafiscalidade, são mecanismos do sistema tributário para estimular condutas relacionadas com os objetos, deixando de ser meros instrumentos para arrecadar tributos para custear as despesas do Estado.

Os incentivos fiscais, quando utilizados de forma conectada com a realidade que se deseja alterar, podem atingir outros objetivos de natureza política, como o apoio de pequenas empresas, o fortalecimento das ligações indústria-ciência e a promoção de P&D em certas áreas temáticas (Larédo et al., 2016).

Há, também, a compreensão de que a concessão de subsídios deve ser equacionada no montante necessário para aumentar a P&D, sem criar favorecimentos fora de contexto e distorções na economia (Menezes Filho et al., 2014).

É importante observar que os incentivos fiscais aplicados devem estar de acordo com uma política estadual e nacional, desestimulando guerras fiscais, pois o objetivo é incentivar a competição e a concorrência, estimulando a inovação e o desenvolvimento (Zhang, 2010).

Ecossistema da inovação em Curitiba

Curitiba ganhou fama internacional por suas soluções urbanísticas, transporte público, suas áreas verdes e pela qualidade de vida proporcionada aos seus habitantes, o que lhe rendeu o reconhecimento entre as comunidades mais inteligentes e inovadoras do mundo (Intelligentcommunity, 2022).

Para promover ações neste sentido, a Prefeitura de Curitiba, por meio da Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A, entidade de economia mista fundada em 2007 e que tem como finalidade o fomento da atividade econômica no município, criou o projeto do “Vale do Pinhão” (Curitiba, 2022).

Um movimento sólido e espontâneo com foco em inovação que se espalhou pela cidade com ações públicas e privadas, de tecnologia, smart city, mobilidade, startups, economia criativa e empreendedorismo.

Fato interessante é que o Vale do Pinhão não tem uma sede e não é um programa e nem pertence à Prefeitura. Partiu de uma iniciativa do atual prefeito Rafael Greca, com escopo de oferecer à cidade uma marca que conectasse as ações do ecossistema de inovação existente com a cidade de Curitiba, com inspiração no exemplo do Vale do Silício, na Califórnia e homenageou o fruto da terra que é o pinhão, fruto da araucária, árvore símbolo da cidade.

O ecossistema do Vale do Pinhão está orientado atualmente sob a perspectiva de cinco pilares principais, quais sejam:

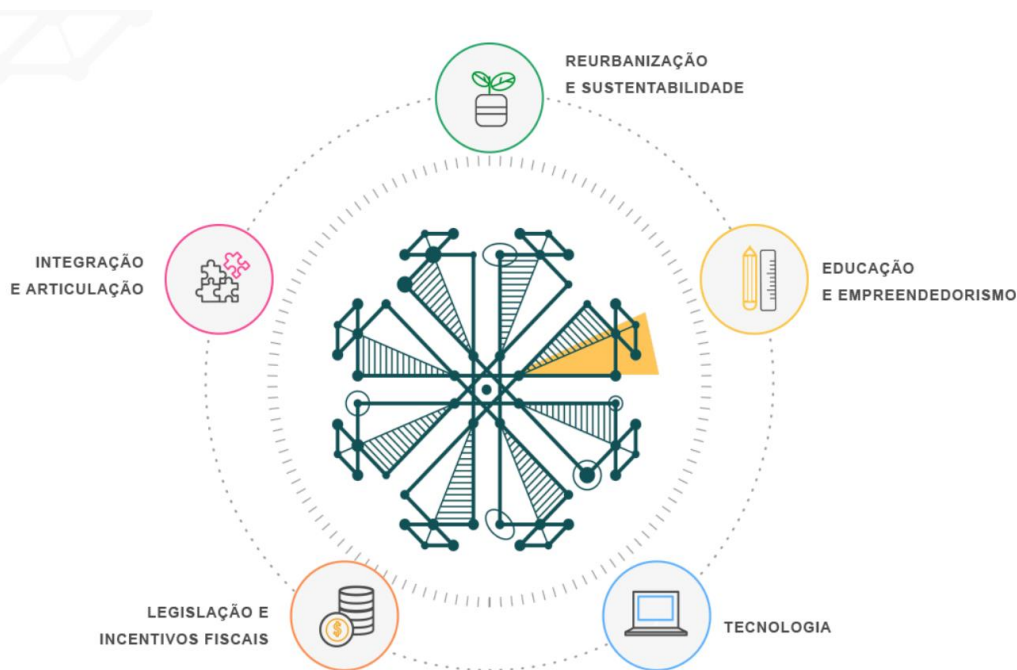


Figura 1: Pilares do Vale do Pinhão.
 Fonte: Adaptado de Curitiba, 2022.

Com o pilar da Reurbanização e Desenvolvimento a cidade se transforma de maneira sustentável com a revitalização de espaços abandonados e a utilização de novas energias, oferecendo oportunidades e possibilidades de uma cidade viva. Dentre os principais programas tem a Horta do Chef, lançado em 2018 com a missão de valorizar a agricultura local e a tornar as hortas comunitárias sustentáveis, atualmente o programa beneficia aproximadamente 100 famílias de agricultores e contam com a mentoria de grandes chefs da gastronomia da cidade (Curitiba, 2022).

Também, o Programa Ecocidadão trabalha na melhoria da qualidade de vida dos catadores de materiais recicláveis, buscando fortalecer uma rede de coleta e separação de materiais que conta com 40 associações de catadores de material reciclável.

No pilar da Educação e Empreendedorismo estão contempladas as soluções do desenvolvimento social e econômico. Destacando os Faróis do Saber e Inovação, equipamentos da Prefeitura que além de bibliotecas, como os antigos faróis do saber, suas instalações, também possuem um mezanino, transformada em um espaço “maker”, renovando a referência das bibliotecas como centros de pesquisa e produção, transformando-os em lugares de descoberta, exploração e encantamento. Também, estão disponíveis para uso de toda a comunidade.

No mesmo pilar também, tem os Espaços do Empreendedor, uma rede de prestação de serviços gratuitos ao Microempreendedor Individual (MEI), onde é possível obter todas as orientações e capacitação para gerir os empreendimentos. Conta com assessoria e consultoria empresarial, objetivando fortalecer a base empresarial existente e estimular novas iniciativas.

Também, conta com os Liceus de Ofício, espaços que oferecem cursos gratuitos de qualificação profissional para jovens e adultos e abriga o primeiro Fab Lab de Curitiba, que funciona como um laboratório de fabricação digital e prototipagem no qual estudantes, empresas e comunidade podem compartilhar conhecimentos e colocar em prática ideias inovadoras.

Já o Worktiba é o primeiro coworking público do Brasil. Oferece um local de trabalho compartilhado, criado para que ideias inovadoras tenham incentivo se desenvolvam, ganhem visão de negócio e resultem em renda, trabalho e novos investimentos por toda cidade, a médio e longo prazo. Nestes espaços os empreendedores contam com mentorias focadas no desenvolvimento dos negócios e possibilitam diversas conexões entre os participantes do ecossistema de inovação de Curitiba.

Para desburocratizar e incentivar as atividades, o pilar de Legislação e Incentivos Fiscais tem a promulgação da Lei de Inovação Municipal (Lei n.º 15.324/2018) como um de seus marcos, mas o principal avanço se deu com o ressurgimento do Programa Curitiba Tecnoparque, um programa de

incentivo fiscal, previsto na Lei Complementar n.º 64/2007 e regulamentada pelo Decreto n.º 310/2008 (alterados pela Lei Complementar n.º 87/2012), institui um regime diferenciado de tributação do ISS – Imposto Sobre Serviços.

Depois de um período praticamente inativo, este programa foi reativado em 2018 com uma nova gestão e desde lá, já entraram cerca de 30 (trinta) empresas e sendo disponibilizados aproximadamente R\$ 200.000.000,00 em subvenções. O programa mostra sua importância na medida que, para cada um real aplicado em incentivo, as empresas beneficiárias investiram outros três reais na formação de talentos, na geração de empregos qualificados, na aquisição equipamentos e na criação de competências para o desenvolvimento de produtos inovadores.

Desta forma é um atrativo importante para economia regional com foco no ecossistema de inovação e desenvolvimento. Portanto, é uma política de fomento ativa da Prefeitura de Curitiba, onde há aporte direto (indireto porque diminui alíquota), mas é diretamente no caixa das empresas.

Outro fator importante do programa é que inicialmente estava delimitado a algumas regiões da cidade, ou seja, havia um requisito geográfico para que a empresa pudesse ter sua candidatura aceita pelo programa. Porém, em 2012, a Prefeitura de Curitiba, percebeu que o fator geográfico estava sendo um impeditivo para que as empresas se instalassem e desenvolvessem, porque o preço da terra havia sofrido uma grande valorização e a dificuldade de encontrar áreas apropriadas também se tornou uma dificuldade maior, daí então, ocorreu a expansão do Programa Curitiba Technoparque para toda a cidade, bastando as empresas estarem instaladas no perímetro urbano para se utilizarem do benefício.

Além de permear todos os demais pilares, o pilar da Tecnologia possibilita o desenvolvimento de diversos aplicativos, disponíveis nas plataformas Android e IOS, sobre serviços prestados pela Prefeitura Municipal de Curitiba e disponibilizados para facilitar a vida dos cidadãos, como o nota curitibana, app curitiba 156, curitiba app e saúde-já.

Por último, aparece o pilar da Integração e Articulação, base do ecossistema de inovação de Curitiba, as conexões entre universidades, entidades de classe, órgãos públicos, iniciativa privada e sobretudo as empresas com foco em inovação, são razão para desenvolvimento e o sucesso. Cabendo destaque neste eixo o Paiol Digital, que seguindo tendências mundiais de palestras no formato TED e TEDx, apresenta conteúdo diversificado ao público, além de fomentar ações de networking voltadas ao desenvolvimento da cidade.

O Vale do Pinhão, ecossistema este que envolve toda a cidade, está constituído numa visão de tríplice hélice, ligando a academia, o setor empresarial e o setor público, reunidos em volta dos temas da ciência, tecnologia, inovação e empreendedorismo.

Todas essas ações desenvolvidas sob a égide do ecossistema de inovação, tem proporcionado à Curitiba figurar com destaque, pelo Brasil e pelo mundo, como uma cidade inovadora, empreendedora e inteligente (Urban Systems, 2018; Intelligentcommunity, 2022).

Atualmente, Curitiba tem cerca de 459 startups, de acordo com último censo feito pelo Sebrae Paraná, o que representa quase 1/3 de todos estes negócios existentes no estado do Paraná (Sebrae, 2022).

Enfim, todo o esforço empreendido pelos diversos atores integrantes do ecossistema implementado na cidade tem gerado efeitos positivos com a criação de empregos, facilitando a vida dos empreendedores e transformando a vida das pessoas mais carentes.

Conclusões

O presente estudo apresentou um panorama do ecossistema inteligente e inovador existente em Curitiba, contendo várias vertentes, pautado na criação de conexões entre diversos atores e colocando a cidade em destaque nos quesitos de empreendedorismo, inovação, *smart city* e valorização dos recursos endógenos.

A política de subvenções públicas implementadas pelo Programa Curitiba Technoparque tem revelado um importante instrumento de incentivo para as empresas da área de tecnologia e inovação, haja vista, o retorno que a cidade tem com o oferecimento de empregos qualificados, aquisição equipamentos e o desenvolvimento de produtos inovadores, além da atração de novos negócios.

Ficou demonstrado que uma política pública alinhada ao pensamento inovador tem a capacidade de estimular e catalisar a economia para que ela seja impulsionada e possa atingir grandes objetivos.

A vigilância, porém, faz-se necessária para que não sejam demandados esforços e recursos desnecessários, e, para isso, o respeito as características locais e o acompanhamento de perto dos programas são essenciais.

O Vale do Pinhão criado com o propósito de fortalecer e potencializar o ambiente de inovação por meio do empreendedorismo, economia criativa e tecnologia para transformar Curitiba em uma cidade cada vez mais inteligente consiste em um campo fértil e o acompanhamento de suas ações devem fazer parte de futuras reflexões, principalmente nos desdobramentos e o aperfeiçoamento da gestão municipal com o empreendedorismo.

Em suma, tendo em vista seu caráter multidisciplinar e de elevado grau de inovação, o projeto Vale do Pinhão é uma oportunidade singular para promover o encontro e a cooperação entre o setor público, setor privado e a comunidade científica, na melhoria da mobilidade urbana, empreendedorismo e inovação, visando a almejada condição de “cidade inteligente”.

Referências

- Balaguer-Coll, M., T., Narbón-Perpiñá, I., Peiró-Palomino, J., & Tortosa-Ausina, E., (2020). Qualidade do governo e crescimento econômico em nível municipal: evidências da Espanha. *Journal of Regional Science*. 62(1), 96-124.
- Baleiras, R. (2001). Governação Subnacional: legitimidade econômica e descentralização da despesa pública. In Costa, J., S. & Nikamp, P., (Coords.), *Compêndio de economia regional* (pp. 723-760) Cascais. Princípia.
- Barbosa, S. (2016). Políticas públicas de apoio à inovação. Curitiba. Appris.
- Bittencourt, B. (2014). Políticas de desenvolvimento local sustentável e o terceiro setor: estudo de caso na região de Aveiro. Tese de doutorado. Universidade de Lisboa. Lisboa. Portugal.
- Brasil (1988). Constituição da República Federativa Acedido em 24 Jun 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Bucci, M. P. D. (2021). Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas. 2ª Ed. São Paulo. Saraiva.
- Buffon, M., & Jacob, L. (2015). Os incentivos fiscais no ramo tecnológico como instrumento do desenvolvimento nacional. *Direito e Desenvolvimento*, 6(12), 121-144.
- Curitiba (2022). Agência Curitiba de Desenvolvimento e Inovação. Acedido em 24 Jun 2022. Disponível em: <http://www.agenciacuritiba.com.br/>
- Domanski, D., Howaldt, J., & Kaletka, C. (2020). A comprehensive concept of social innovation and its implications for the local context – on the growing importance of social innovation ecosystems and infrastructures. *European Planning Studies*, 28(3), 454-474.
- Duijn, M. (2016). The value of reflection on the evolving individual and collective practice of public policy innovation in water management: An Action Science approach. *Journal of Cleaner Production*, 171, 34-44.
- Dye, T. (2011). *Understanding public policy*. 13ª Ed. USA: Pearson Education.
- Fachin, O. (2005). *Fundamentos de metodologia*. 5ª ed. São Paulo. Saraiva.
- Fagerberg, J. (2016). Innovation Policy: Rationales, Lessons and Challenges. *Journal of Economic Surveys*, 31(2), 497-512.
- Figueiredo, P. N. (2015). *Gestão da inovação: conceitos, métricas e experiências de empresas no Brasil*. 2ª Ed. Rio de Janeiro. LTC.
- Gil, A. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo, SP: Atlas.
- Godoy, A. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, 35(2), 57-63.
- Intelligentcommunity (2022). Fórum da Comunidade Inteligente. Acedido em 24 Jun 2022. Disponível em:

- https://www.intelligentcommunity.org/the_intelligent_community_forum_names_the_global_top7_intelligent_communities_of_2022.
- Larédo, P., Köhler, C., & Rammer, C. (2016). The impact of fiscal incentives for R & D. In Edler, J., Cunningham, P., Gök, A. & Shapira, P., (Eds.), *Handbook of Innovation Policy Impact*. Elgar. <https://EconPapers.repec.org/RePEc:elg:eebook:16121>
- Lima, T., & Mioto, R. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, 10. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>
- Lundvall, B. Å., & Borrás, S. (2005). Science, Technology, and Innovation Policy. In Fagerberg, J.; Mowery, D. C.; Nelson, R. R. (Eds.). *The Oxford Handbook of Innovation*. Oxford/New York: Oxford University Press. (pp. 599-631).
- Martin, J., & Spano, A. (2019). A Innovation in Local Government: a framework for analysis. *International Public Management Review*, 19(1), 39-51.
- Mazzucato, M. (2014). *O Estado Empreendedor*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Mazzucato, M. (2021). *Mission Economy: A moonshot Guide to Chanping Capitalism*. Pinguim. Reino Unido.
- Menezes Filho, N., Komatsu, B., Lucchesi, A., & Ferrario, M. (2014). Políticas de Inovação no Brasil. Policy paper, 11. Insper. São Paulo.
- OECD (2018). *Manual de Oslo*, 4ª ed. Paris.
- Reale, F. (2021). Mission-oriented innovation policy and the challenge of urgency: lessons from COVID-19 and beyond. *Technovation*, 107 (C). <https://EconPapers.repec.org/RePEc:eee:techno:v:107:y:2021:i:c:s0166497221000870>
- Rodríguez-Pose, A., & Di-Cataldo, M. (2014). Quality of government and innovative performance in the regions of Europe. *Papers in Evolutionary Economic Geography (PEEG)*. Universidade de Utrecht. <https://EconPapers.repec.org/RePEc:egu:wpaper:1406>
- Schumpeter, J. A. (1934). *A teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo. Abril Cultural.
- Sebrae (2022). *Mapeamento StartupPR 2020/2021*. Acedido em 23 Jun 2022. Disponível em: <https://www.sebraepr.com.br/startup-mapeamento/>.
- Souza, C. (2006). Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*. (16), 20-45.
- Teles, F. (2021). *Descentralização e poder local em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa.
- Tigre, P. B. (2014). *Gestão da inovação: A economia da tecnologia no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Urban Systems (2018). *Ranking Urban Systems*. Acedido em 26 jun 2022. Disponível em: <https://www.abdi.com.br/postagem/curitiba-e-considerada-a-cidade-mais-inteligente-do-brasil>.
- Vicente, E. F. R., & de Oliveira Scheffer, E. (2013). Governança e Internet: um estudo de caso sobre a divulgação de dados da Administração Pública sob a ótica dos princípios da governança pública. *Universitas Gestão e TI*, 3(2), 69-78.
- Zhang, M. (2010). Competitiveness and Growth in Brazilian Cities: local policies and actions for innovation. In Zhang, M. (ed.). *World Bank Publications*. Washington, D.C. (pp. 55-92).